

SUMÁRIO



Prefeitura de São José dos Campos - SP

Professor I

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I - da Educação	1
Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações	7
Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE)	39
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): orientações didáticas, natureza, objetivos e conteúdos propostos	42
Resolução CNE/CP nº 02/2017, que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	58
Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente	68
Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	135
Leis nº 10.639/03 e 11.645/2008 – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	167
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2018	168
Questões	168
Gabarito	176

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

Planejamento e organização do trabalho pedagógico: processo de planejamento, concepção, importância, dimensões e níveis	1
Planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação	3
Planejamento escolar: planos da escola, do ensino e da aula	4
Currículo do proposto à prática	10
Tecnologia da informação e comunicação na educação	15
Educação para diversidade, cidadania e educação para direitos humanos	21
Educação ambiental	23
Fundamentos legais da educação especial/inclusiva e o papel do professor	24
Educação/sociedade e prática escolar	34
Didática e prática histórico-cultural	35
A didática na formação do professor	37

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Processo de ensino e de aprendizagem	40
Relação professor/aluno.....	45
Os componentes do processo de ensino: objetivos, conteúdos, métodos; estratégias pedagógicas e os meios.....	46
Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conhecimento	47
Avaliação escolar e avaliação em larga escala e suas implicações pedagógicas	50
O papel político do ensinar e do aprender	52
Projeto político pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores	54
Políticas públicas para a Educação Básica.....	57
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica	58
Fundamentos conceituais da Base Nacional Comum Curricular	60
Principais correntes teóricas da pedagogia.....	61
Questões	62
Gabarito.....	70

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DE ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Avaliações do ensino em larga escala (Sistema de Avaliação da Educação Básica - Matrizes de referência: SAEB Prova Brasil – 5º ano e SAEB – 2º ano), em Língua Portuguesa	1
Política Nacional de Alfabetização – MEC	6
Psicogênese da linguagem escrita no processo de alfabetização	12
Práticas de ensino de leitura do 1º ao 5º ano, níveis de fluência leitora	15
O ensino da Língua Portuguesa na abordagem discursiva, por meio de gêneros textuais	16
Questões	20
Gabarito.....	28

SUMÁRIO

SUMÁRIO



FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DE ENSINO DA MATEMÁTICA

Avaliações do ensino em larga escala (Sistema de Avaliação da Educação Básica - Matrizes de referência SAEB Prova Brasil – 5º ano e SAEB – 2º ano), em Matemática	1
Tendências em Educação Matemática: resolução de problemas, modelagem matemática, investigação matemática, Etnomatemática e Matemática Crítica	7
Recursos didáticos para o ensino de Matemática - manipuláveis e digitais	23
Interdisciplinaridade e aprendizagem da Matemática	30
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as especificações do currículo de Matemática	33
A Teoria Histórico-cultural e suas implicações na Educação Matemática	68
Questões	72
Gabarito	81

CIÊNCIAS DA NATUREZA

Propriedades e transformação dos materiais	1
Uso e conservação dos materiais	20
Fontes, consumo, transporte e transformação de energia	26
Ambiente e seres vivos	32
Luz, som e relação com objetos; Luz e sombra	46
Água: uso, poluição e tratamento	51
Recursos renováveis e não renováveis	52
Reversibilidade e irreversibilidade	58
Sol e Terra e suas interações; Sistema Solar, Terra e Lua e os movimentos da Terra; Planetas do Sistema Solar; Movimentos da Terra e da Lua e suas fases; Formação do planeta Terra e os movimentos no Sistema Solar, em especial, os eclipses	62
Corpo humano: composição e funcionamento e sua relação com o ambiente	81
Corpo Humano: relação entre alimentação, atividade física e saúde	86
Ações e as influências humanas no ambiente	90
Ensino Investigativo, alfabetização científica e contextualização	94
Questões	99
Gabarito	105

SUMÁRIO

SUMÁRIO



GEOGRAFIA

O sujeito e seu lugar no mundo: a valorização da vida cotidiana e a percepção de suas relações sociais e étnico-raciais e espaciais	1
Conexões e escalas: analogia e a compreensão entre as diversas escalas (local e global) existentes no espaço de convivência, na sociedade e meio físico natural em diversos períodos históricos	2
Mundo do trabalho: compreensão de processos e técnicas construtivas, uso de diferentes materiais produzidos pelas sociedades em diversos tempos e espaços	4
As transformações promovidas pela Revolução Industrial e Técnico-científico-informacional nas relações de trabalho, emprego e renda no campo e na cidade	5
Formas de representação e pensamento espacial: o ensino baseado em conceitos cartográficos e formas de representação espacial através da leitura, construção e/ou criação de mapas, gráficos, tabelas, audiovisuais, imagens de satélites, fotografias, histórias em quadrinhos, charges e uso de outras ferramentas tecnológicas	7
Natureza, ambientes e qualidade de vida: articulação entre a Geografia física e a Geografia humana	13
Conhecimento e a compreensão dessas transformações no meio natural, inclusive no ambiente rural (do campo) e urbano, como estímulo a que o estudante repense sua relação com o meio ambiente	18
Questões	19
Gabarito	23

HISTÓRIA

Acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços	1
A historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizando os significados das lógicas de organização cronológica	4
Interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico	8
Posicionamento crítico com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários	11
O movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações	13
Os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica	16
Questões	19
Gabarito	24

SUMÁRIO

SUMÁRIO



LÍNGUA PORTUGUESA

Aquisição do Sistema de Escrita Alfabética	1
Linguagem oral e escrita	4
Variedade linguística: preconceito linguístico, norma culta e norma-padrão	10
Língua e linguagem: conhecimentos pragmáticos, conhecimentos discursivos, conhecimentos textuais, conhecimentos gramaticais e conhecimentos notacionais	11
Capacidades, procedimentos e comportamentos de produção, leitura de textos orais e escritos	14
Prática de produção de textos orais e escritos: produção para aprofundamento, produção por frequência; Contexto e operadores da produção de texto	14
Modalidades didáticas para o ensino de leitura: leitura pontual, leitura colaborativa/compartilhada, leitura programada, leitura em voz alta feita pelo professor, roda de leitores, leitura programada	15
Modalidades didáticas para o ensino de produção de textos: reconto, reescrita com escriba, produção coletiva com escriba, escrita de texto que se sabe de memória, reescrita de texto, reescrita com modificações, produção de partes dos textos que não se conhece, texto de autoria	16
Prática de análise linguística: características dos textos e gêneros	17
Coesão; coerência	21
Segmentação, aspectos semânticos e lexicais	23
Aspectos gráficos; Ortografia	24
Variação linguística	31
Morfologia	33
Sintaxe	45
Fonologia	53
Questões	56
Gabarito	65

MATEMÁTICA

Estratégias no ensino de Matemática: resolução de problemas, tarefas investigativas, tecnologias digitais, etnomatemática, modelagem e história da matemática	1
Números: pensamento numérico. funções dos números naturais: quantificar, ordenar, comparar, medir e codificar, operações aritméticas, procedimentos de cálculo, proporcionalidade, ordem e representação	14
Geometria: noções espaciais: localização, movimentação e representação	19

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Figuras geométricas: identificação, classificação, diferenciação e planificação, perímetro e área	22
Grandezas e medidas: unidades de medida: massa, comprimento, capacidade, tempo, perímetro e área, medidas padronizadas e não padronizadas	38
Sistema monetário.....	43
Estimativas	45
Probabilidade: ideias de acaso em situações do cotidiano	46
Estatística: Dados: coleta, leitura, seleção, interpretação, representação, comparação em tabelas e gráficos. comunicação de dados de pesquisa: produzir textos e solucionar problemas a partir de dados coletados e produzidos	50
Álgebra: desenvolvimento do pensamento algébrico. padrões de regularidades numéricos ou figurais, regras de formação de sequência numérica ou figural: ampliação, construção, identificação e descrição	59
Proporcionalidade.....	63
Eixos Articuladores: jogos e brincadeiras.....	65
Matemática e Educação Ambiental e da Saúde.....	66
Estratégias e procedimentos de resolução de problemas	67
Questões	72
Gabarito.....	83

SUMÁRIO



EDUCAÇÃO

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)



O PLANEJAMENTO COMO PILAR DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

O planejamento pedagógico é um dos pilares fundamentais da prática docente, configurando-se como um processo contínuo, sistemático e intencional que orienta as ações educativas. Em um contexto escolar marcado por desafios diversos — como a heterogeneidade das turmas, as demandas curriculares e as necessidades específicas dos estudantes — o planejamento não é um luxo, mas uma necessidade profissional. Sua ausência conduz a uma prática improvisada, desarticulada e, muitas vezes, incoerente com os objetivos educacionais propostos.

Planejar significa antecipar-se à prática, refletir sobre ela e estabelecer estratégias coerentes com os fins desejados. É nesse sentido que o planejamento assume o papel de eixo estruturante da organização do trabalho pedagógico. Ele é o elo entre o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola e as ações concretas que ocorrem dentro da sala de aula. Essa função integradora evidencia a importância de compreender o planejamento não apenas como um documento burocrático, mas como um instrumento de mediação entre teoria e prática, entre o ideal e o real.

Ademais, é fundamental reconhecer que o planejamento não ocorre isoladamente, mas dentro de um contexto institucional e social mais amplo. Ele deve considerar o currículo, os recursos disponíveis, o perfil dos estudantes, a realidade da comunidade escolar e os objetivos educacionais estabelecidos pela legislação vigente, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96). Nesse cenário, planejar é mais do que organizar conteúdos e atividades: é tomar decisões pedagógicas com responsabilidade, fundamentadas em princípios éticos, políticos e epistemológicos.

CONCEPÇÕES DE PLANEJAMENTO: TÉCNICAS X CRÍTICAS

Ao longo do tempo, diferentes concepções de planejamento pedagógico se consolidaram, refletindo visões distintas sobre o papel da educação e do professor. Duas correntes principais se destacam: a concepção tecnicista e a concepção crítico-reflexiva.

Na abordagem tecnicista, o planejamento é visto como um instrumento puramente técnico, centrado na previsibilidade e no controle de resultados. Trata-se de um modelo burocrático, linear, no qual o professor atua como executor de tarefas previamente definidas. Esse modelo foi amplamente difundido nas décadas de 1960 e 1970, influenciado pela teoria da administração científica e pelas exigências do mercado. Nessa perspectiva, o foco está na eficiência dos meios e na mensuração dos resultados, com pouca margem para a autonomia docente ou para a contextualização dos saberes.

Em contrapartida, a concepção crítica — baseada em autores como Libâneo, Vasconcellos e Perrenoud — defende o planejamento como um processo dialógico, flexível e participativo. Aqui, o planejamento é entendido como uma ação reflexiva, que se constrói a partir da análise da realidade, da escuta dos sujeitos envolvidos no processo educativo e da articulação entre os diferentes saberes escolares. O professor deixa de ser mero executor e passa a ser um sujeito ativo, capaz de tomar decisões conscientes e contextualizadas.

O planejamento crítico valoriza a participação coletiva, a interdisciplinaridade e a capacidade de reorientação contínua do processo educativo. Ele rompe com a lógica da rigidez e reconhece a necessidade de adaptação constante às condições reais da prática. Em concursos públicos, é fundamental reconhecer essas duas abordagens, pois elas são frequentemente cobradas em questões que buscam avaliar a compreensão teórica e crítica do papel docente.

IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

A importância do planejamento pedagógico na organização do trabalho docente é indiscutível. Trata-se de um instrumento que oferece ao professor uma visão clara dos objetivos educacionais, das estratégias de ensino, dos recursos necessários e dos critérios de avaliação. Sem planejamento, a prática pedagógica tende à desorganização e à ineficácia, comprometendo o processo de ensino-aprendizagem.



Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Ensino da Língua Portuguesa

A compreensão das avaliações em larga escala no Brasil exige, primordialmente, um olhar sobre a necessidade do Estado em mensurar a eficácia das políticas educacionais implementadas ao longo das últimas décadas. O **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), não deve ser visto apenas como um conjunto de provas aplicadas a alunos, mas como um robusto instrumento de diagnóstico que permite monitorar a qualidade do ensino e a equidade do sistema educacional brasileiro. Desde sua criação, nos anos 90, o Saeb passou por diversas reformulações para se adequar às novas demandas da sociedade e da própria legislação, como a LDB e a BNCC.

A importância de tais avaliações reside na capacidade de transformar dados subjetivos de sala de aula em indicadores estatísticos comparáveis, que orientam desde o repasse de verbas federais até o desenho de programas de formação continuada de professores em municípios remotos.

Historicamente, a trajetória das avaliações externas no país reflete a transição de um modelo de ensino focado apenas no acesso e na universalização das matrículas para um modelo focado na **aprendizagem efetiva**. Enquanto nas décadas anteriores o sucesso de um sistema era medido pela quantidade de crianças dentro da escola, hoje o debate central gira em torno do que essas crianças estão aprendendo.

É neste cenário que o Saeb se consolida como o “termômetro” da educação nacional. Ele oferece aos gestores uma visão macroscópica, identificando gargalos de aprendizagem que, muitas vezes, passam despercebidos no cotidiano escolar. Contudo, é vital diferenciar a avaliação de sistema da avaliação pedagógica de sala de aula: enquanto a primeira busca padronização para fins de política pública, a segunda foca na individualidade do aluno e em sua evolução processual.

► A Composição do IDEB: O Papel das Avaliações

Para que os resultados do Saeb não fossem apenas números isolados em relatórios técnicos, o Ministério da Educação criou, em 2007, o **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Este índice é o principal indicador de qualidade da educação no Brasil e combina dois conceitos fundamentais que precisam caminhar juntos: o desempenho acadêmico e o fluxo escolar.

- **Nota Pedagógica:** De nada adianta um sistema ter notas altíssimas no Saeb se ele retém ou exclui seus alunos por meio da reprovação em massa. Por isso, o Ideb equilibra as notas das avaliações com as taxas de aprovação, garantindo que a qualidade seja medida sem sacrificar o direito do aluno de progredir na sua trajetória escolar.

Abaixo, detalhamos como essa relação se estrutura na prática das políticas públicas brasileiras:

Componente do IDEB	Descrição Técnica	Função no Sistema de Ensino
Desempenho (Saeb)	Médias de proficiência obtidas pelos alunos em Língua Portuguesa e Matemática.	Medir o nível de proficiência e o domínio das competências da Matriz de Referência.
Fluxo Escolar	Taxas de aprovação, reprovação e abandono apuradas no Censo Escolar.	Medir a eficiência do sistema em manter o aluno na escola e fazê-lo progredir.
O Índice (Resultado)	O produto entre o desempenho e o rendimento (fluxo).	Funciona como uma meta a ser batida por escolas, municípios e estados.

**MATRIZ DE REFERÊNCIA DE MATEMÁTICA DO SAEB: TEMAS E SEUS DESCRITORES – 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL¹****I – Espaço e Forma**

- Identificar a localização/movimentação de objeto em mapas, croquis e em outras representações gráficas.
- Identificar propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações.
- Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais pelo número de lados e pelos tipos de ângulos.
- Identificar quadriláteros observando as posições relativas entre seus lados (paralelos, concorrentes e perpendiculares).
- Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas.

II – Grandezas e Medidas

- Estimar a medida de grandezas utilizando unidades de medida convencionais ou não.
- Resolver problemas significativos utilizando unidades de medida padronizadas como km/m/cm/mm, kg/g/mg, l/ml.
- Estabelecer relações entre unidades de medida de tempo.
- Estabelecer relações entre o horário de início e término e/ou o intervalo da duração de um evento ou acontecimento.
- Num problema, estabelecer trocas entre cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro, em função de seus valores.
- Resolver problema envolvendo o cálculo do perímetro de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas.
- Resolver problema envolvendo o cálculo ou estimativa de áreas de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas.

III – Números e Operações/Álgebra e Funções

- Reconhecer e utilizar características do sistema de numeração decimal, tais como agrupamentos e trocas na base 10 e princípio do valor posicional.
- Identificar a localização de números naturais na reta numérica.
- Reconhecer a decomposição de números naturais nas suas diversas ordens.
- Reconhecer a composição e a decomposição de números naturais em sua forma polinomial.
- Calcular o resultado de uma adição ou subtração de números naturais.
- Calcular o resultado de uma multiplicação ou divisão de números naturais.
- Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da adição ou subtração: juntar, alteração de um estado inicial (positiva ou negativa), comparação e mais de uma transformação (positiva ou negativa).

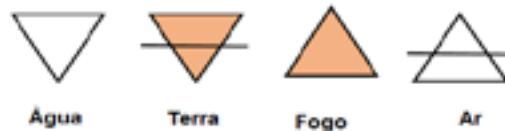
¹ https://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/menu_do_professor/o_que_cai_nas_provas/Matriz_de_Referencia_de_Matematica.pdf



Ciências da Natureza

Para compreender a constituição da matéria ou Atomística, é necessário o estudo de sua partícula fundamental, o átomo.

A preocupação com a constituição da matéria surgiu em meados do século V a.C., na Grécia, onde filósofos criavam várias teorias para tentar explicar o universo. Um deles, Empédocles, acreditava que toda a matéria era formada por quatro elementos: água, terra, fogo e ar, que eram representados pelos seguintes símbolos:



Anos mais tarde, por volta de 350 a.C., o muito conhecido e famoso Aristóteles retomou a ideia de Empédocles e aos quatro elementos foram atribuídas as “qualidades” quente, frio, úmido e seco, conforme pode ser observado na figura abaixo:



De acordo com esses filósofos tudo no meio em que vivemos seria formado pela combinação desses quatro elementos em diferentes proporções. Entretanto em 400 a.C., os filósofos Leucipo e Demócrito elaboraram uma teoria filosófica (não científica) segundo a qual toda matéria era formada devido a junção de pequenas partículas indivisíveis denominadas átomos (que em grego significa indivisível). Para estes filósofos, toda a natureza era formada por átomos e vácuo.

No final do século XVIII, Lavoisier e Proust realizaram experiências relacionando as massas dos participantes das reações químicas, dando origem às Leis das combinações químicas (Leis ponderais).

O primeiro modelo atômico foi elaborado a partir do estudo das seguintes Leis Ponderais:

1. Lei de Lavoisier: A primeira delas, a Lei da Conservação de Massas, ou Lei de Lavoisier é uma lei da química que muitos conhecem por uma célebre frase dita pelo cientista conhecido como o pai da química moderna, Antoine Laurent de Lavoisier:

“Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”

Em seus vários experimentos, Lavoisier concluiu que:

“Num sistema fechado, a massa total dos reagentes é igual à massa total dos produtos”



O SUJEITO COMO PROTAGONISTA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A Geografia contemporânea deslocou seu foco de uma análise puramente descritiva da superfície terrestre para a compreensão crítica das relações entre sociedade e espaço. Nesse movimento, o sujeito passa a ocupar posição central como agente ativo na produção, transformação e interpretação do espaço geográfico. O tema “o sujeito e seu lugar no mundo” expressa essa mudança paradigmática ao reconhecer que o espaço não é neutro, mas carregado de significados, vivências, disputas e identidades construídas historicamente no cotidiano.

A valorização da vida cotidiana permite compreender como as práticas sociais, culturais, econômicas e políticas moldam os lugares e influenciam a forma como os indivíduos se reconhecem como parte do mundo. Cada sujeito percebe e se relaciona com o espaço a partir de sua experiência concreta, de suas condições sociais, de sua identidade étnico-racial e de sua inserção em diferentes escalas geográficas. Assim, estudar o espaço vivido é fundamental para entender as dinâmicas sociais e espaciais que estruturam a sociedade.

No ensino de Geografia e nos concursos públicos, esse tema aparece associado à formação cidadã, à valorização da diversidade e à leitura crítica da realidade. Compreender o lugar do sujeito no mundo é compreender também as desigualdades, os conflitos e as possibilidades de transformação social presentes no espaço geográfico.

O CONCEITO DE LUGAR E A VIDA COTIDIANA

O conceito de lugar é um dos pilares da Geografia Humanista e Crítica. Diferentemente do espaço entendido de forma abstrata, o lugar refere-se ao espaço vivido, apropriado e significado pelos sujeitos. É no lugar que se constroem relações de pertencimento, identidade e memória. A casa, o bairro, a escola, a comunidade e a cidade são exemplos de lugares que integram o cotidiano e influenciam diretamente a formação social e cultural dos indivíduos.

A vida cotidiana é o campo onde se realizam as práticas sociais mais imediatas, como o trabalho, o lazer, a convivência familiar e comunitária. Essas práticas não são neutras: elas refletem relações de poder, valores culturais e condições socioeconômicas. Ao analisar o cotidiano, a Geografia revela como o espaço é produzido e reproduzido diariamente, tanto por ações individuais quanto coletivas.

O sentimento de pertencimento ao lugar contribui para a construção da identidade do sujeito. No entanto, esse pertencimento não é homogêneo. Diferentes grupos sociais vivenciam o mesmo espaço de formas distintas, de acordo com sua classe social, gênero, etnia ou raça. Assim, o lugar pode ser simultaneamente espaço de acolhimento e de exclusão, reforçando a importância de uma análise crítica das vivências cotidianas.

RELAÇÕES SOCIAIS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O espaço geográfico é resultado das relações sociais estabelecidas ao longo do tempo. As interações entre indivíduos, grupos e instituições produzem formas espaciais específicas, como cidades, redes de transporte, áreas industriais e zonas rurais. Essas formas refletem interesses econômicos, decisões políticas e disputas sociais.

As desigualdades sociais se expressam de maneira clara no espaço. A segregação socioespacial nas cidades, por exemplo, evidencia a concentração de renda, a precariedade habitacional e o acesso desigual aos serviços públicos. Bairros periféricos, favelas e áreas centrais valorizadas revelam como o espaço urbano é produzido de forma desigual, afetando diretamente a qualidade de vida dos sujeitos.

No espaço rural, também se observam contrastes significativos, como a concentração fundiária, o êxodo rural e os conflitos por terra. Essas dinâmicas influenciam a relação do sujeito com o espaço, moldando suas oportunidades e perspectivas. Dessa forma, compreender as relações sociais é essencial para entender como o espaço geográfico é produzido e como ele condiciona a vida cotidiana.



RELAÇÕES DE PODER E A NATUREZA DAS ESTRUTURAS SOCIAIS

O estudo das sociedades ao longo do tempo revela que a história não é um aglomerado de fatos isolados, mas o resultado de tensões constantes entre **agência e estrutura**. As estruturas sociais — sejam elas o sistema de castas na Índia antiga, o regime feudal europeu ou o capitalismo contemporâneo — funcionam como sistemas de restrições e possibilidades que moldam o comportamento humano.

O poder, nesse contexto, é a força que estabelece a hierarquia dessas estruturas. Para Karl Marx, o fundamento das relações de poder reside na **infraestrutura econômica**, ou seja, quem detém os meios de produção detém a capacidade de moldar a **superestrutura** (leis, religião, cultura). Entretanto, ao observarmos a manutenção dessas estruturas, percebemos que o poder econômico necessita do respaldo ideológico para se sustentar sem a necessidade do uso constante da violência.

Max Weber amplia essa visão ao introduzir a ideia de que o poder é a probabilidade de impor a própria vontade em uma relação social, mesmo contra resistências. Ele nos ensina que as estruturas se mantêm através da **legitimidade**. Uma estrutura social só se torna perene quando o poder é percebido como autoridade (legal, tradicional ou carismática).

Ao longo da história, os mecanismos de manutenção das estruturas políticas buscaram transformar o “poder de fato” em “autoridade de direito”. Quando um monarca se dizia escolhido por Deus, ou quando um Estado moderno se diz representante da vontade popular, eles estão utilizando mecanismos simbólicos para garantir que a estrutura social permaneça estável, reduzindo os custos de controle e garantindo a reprodução das relações de poder através das gerações.

► A Microfísica do Poder e a Ordem Social

Para além das grandes instituições, as relações de poder operam em uma escala microscópica, o que Michel Foucault chamou de **microfísica do poder**. As estruturas sociais não são mantidas apenas por governos, mas por um conjunto de “dispositivos” que disciplinam os corpos e as mentes. A escola, a fábrica, o hospital e a prisão são exemplos de mecanismos que, ao longo do tempo, serviram para manter a ordem social através da vigilância e do adestramento.

- **Poder Disciplinar:** Atua sobre o indivíduo, padronizando comportamentos para que se tornem úteis à estrutura produtiva.
- **Biopoder:** Mecanismo de manutenção que atua sobre a população como um todo (gestão da saúde, natalidade e migração), garantindo que a força de trabalho e a estrutura demográfica sustentem o sistema político-econômico.

► O Papel da Manutenção Espacial e Cultural

A manutenção das estruturas sociais também possui uma dimensão geográfica fundamental. O poder se manifesta na organização das cidades, na divisão entre centro e periferia e no controle de fronteiras. Histórica e espacialmente, as estruturas de poder tendem a se concentrar em “nós” de controle (metrópoles) que extraem recursos das áreas subordinadas.

Culturalmente, esse processo é reforçado pela criação de identidades nacionais ou de classe que justificam a posição de cada indivíduo na pirâmide social. A cultura não é apenas um reflexo da estrutura; ela é a cola que impede que a estrutura se fragmente diante dos conflitos internos, transformando as relações de dominação em hábitos culturais aceitos.

Ponto de Reflexão: A manutenção de uma estrutura social depende da sua capacidade de absorver pequenas mudanças para evitar grandes rupturas. É o conceito de “mudar para que tudo continue como está” (transformismo). Analisar um acontecimento histórico exige, portanto, identificar se ele foi um mecanismo de **reforma** (manutenção) ou de **revolução** (transformação).



A ORIGEM E A NATUREZA DO SISTEMA ALFABÉTICO DE ESCRITA

O sistema alfabético de escrita é um dos mais importantes avanços culturais e tecnológicos da humanidade. Ele surgiu como uma necessidade de representar a linguagem falada por meio de sinais visuais, permitindo a comunicação e o registro de ideias além do contexto imediato.

A natureza do sistema alfabético baseia-se na correspondência entre sons (fonemas) e símbolos gráficos (grafemas), sendo uma das formas mais eficientes de codificar a linguagem.

► Conceito e Evolução Histórica do Sistema Alfabético

A escrita alfabética tem origem no alfabeto fenício, datado de cerca de 1.200 a.C., considerado o precursor dos sistemas alfabéticos modernos.

- **Alfabeto Fenício:** Continha cerca de 22 símbolos que representavam sons consonantais, mas carecia de representação para as vogais.
- **Influência Grega:** Os gregos adaptaram o alfabeto fenício, introduzindo símbolos para as vogais e criando o primeiro sistema alfabético completo.
- **Evolução Romana:** O alfabeto latino, derivado do grego, tornou-se predominante e é a base do sistema utilizado nas línguas ocidentais, incluindo o português.

A evolução histórica reflete a busca por maior eficiência e adequação às características fonéticas de cada idioma.

► Importância da Relação entre Fonemas e Grafemas

No sistema alfabético, cada letra ou combinação de letras representa um som específico da fala. Essa correspondência fonema-grafema é essencial para a compreensão e produção da escrita.

- **Vantagem do Sistema Alfabético:** Permite a escrita de uma ampla variedade de palavras com um número limitado de símbolos.
- **Desafios no Português Brasileiro:** A relação entre fonemas e grafemas no português nem sempre é direta devido à irregularidade ortográfica e à influência de fatores históricos e culturais.

A competência na identificação e uso dessa relação é um dos principais objetivos no processo de alfabetização.

► Características do Sistema Ortográfico do Português Brasileiro

O português brasileiro apresenta particularidades que influenciam o aprendizado do sistema de escrita:

- **Regularidades:** Algumas relações entre fonemas e grafemas são previsíveis, como em palavras regulares (“casa”, “pato”).
- **Irregularidades:** Outras exigem memorização, como palavras com grafias não intuitivas (“xícara”, “exame”).
- **Variedade de Sons:** A língua portuguesa tem uma ampla diversidade de fonemas, o que demanda maior atenção na correspondência com os grafemas.

Além disso, a ortografia unificada, regida pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, visa minimizar as discrepâncias entre os países lusófonos, mas ainda impõe desafios para alunos e professores.



TENDÊNCIAS EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

A área da Educação tem sido alvo de constantes pesquisas que buscam inovar a sala de aula e desenvolver uma prática docente criativa e adequada às necessidades da sociedade do século XXI. A Educação Matemática não ficou de fora deste processo. Ao contrário, também abre espaço para pesquisas e discussões que envolvam o ensino da Matemática. Neste contexto, surgem tendências tanto na área da Educação como na de Educação Matemática, que envolvem diferentes abordagens consideradas importantes quando aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem¹.

Pesquisadores da educação matemática mostram diferentes abordagens quando tratam das tendências da Educação Matemática. Para entender a evolução histórica, apresenta-se uma categorização a partir da análise histórica do ensino da Matemática ao longo dos anos.

Definem-se aspectos para diferenciar cada uma das tendências como, por exemplo, a concepção de ensino, aprendizagem e de Matemática, as finalidades e os valores atribuídos ao ensino de Matemática e a relação professor-aluno. As tendências apresentadas são: empírico-ativista, formalista-moderna, tecnicista e suas variações, construtivista, histórico-crítica e sócio-etnoculturalista.

Na década de 1930, com o nascimento da Escola Nova, a Matemática é ensinada pelos seus valores utilitários, suas relações com as outras ciências e suas aplicações para resolver problemas do dia-a-dia. Utilizam-se atividades experimentais, a resolução de problemas e o método científico acreditando-se que o aluno aprende fazendo. Esta forma de trabalho é chamada de **tendência empírico-ativista**.

Nas décadas de 1960 e 1970 o ensino de Matemática foi influenciado por um movimento de renovação conhecido como Matemática Moderna. Neste período, caracteriza-se a **tendência formalista-moderna**, com ênfase no uso da linguagem, no rigor e nas justificativas. O ensino era centrado no professor e distanciava-se das aplicações práticas.

Nos anos setenta, surge a **tendência tecnicista**, na qual os conteúdos são apresentados como uma instrução programada. Os recursos e as técnicas de ensino passam a ser o centro do processo ensino-aprendizagem. Os alunos e o professor passam a meros executores de um processo desenvolvido por especialistas.

O construtivismo é a base da **tendência construtivista**, que considera o conhecimento matemático resultante da ação interativa-reflexiva do indivíduo com o meio ambiente. Destaca-se o aprender a aprender e o desenvolvimento do pensamento lógico-formal.

A **tendência histórico-crítica** trata de uma aprendizagem significativa, que acontece quando o aluno consegue atribuir sentido e significado às ideias matemáticas e sobre elas é capaz de pensar, estabelecer relações, justificar, analisar, discutir e criar.

A **tendência sócioetnocultural** traz uma visão antropológica, social e política da Matemática e da Educação Matemática. Parte-se de problemas da realidade, inseridos em diversos grupos culturais, que gerarão temas de trabalho na sala de aula.

Tais tendências seguem uma evolução histórica vivenciada pelo processo educacional. Pode-se dizer que as tendências da Educação Matemática vêm acompanhando as da área da Educação.

Atualmente, diversos autores citam formas de trabalho que podem ser consideradas tendências da Educação Matemática. Por exemplo, Carvalho trata das tendências em Educação Matemática quando apresenta as linhas de pesquisa em Educação Matemática fornecidas em 1993 por instituições que atuavam nesta área tais como: resolução de problemas, informática e Educação Matemática, etnomatemática.

Já Bicudo, Viana e Penteado apresentam como diretrizes de pesquisa a visão histórica da Matemática, a ideologia presente nos discursos matemáticos (linguagem matemática) e a etnomatemática.

1 Flemming, Diva Marília. *Tendências em educação matemática*/ Diva Marília Flemming, Elisa Flemming Luz, Ana Cláudia Collaço de Mello; instrucional designer Elisa Flemming Luz. - 2. ed. - Palhoça: UnisulVirtual, 2005.